

CUT: ESTADO, DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL DE 2002-2010.

Rômulo de Souza Castro – CPDA/UFRRJ
romulo.scastro@gmail.com

Este trabalho é uma reflexão inicial a partir da pesquisa que visa elaborar uma tese de doutorado em Ciências Sociais para o programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. O tema da pesquisa está situado no campo de estudos da questão agrária, sindicato e desenvolvimento, com ênfase na atuação da CUT no governo Lula (2003-2010)

O objetivo deste projeto é analisar a relação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com o Estado no Brasil no processo de desenvolvimento capitalista durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2010). Tendo em vista, particularmente, a manutenção da estrutura fundiária brasileira dentro de uma política estratégica de desenvolvimento, que privilegia o setor industrial, em vigência a partir da aliança desta central com setores estatais e empresariais a partir da elaboração da Carta ao Povo Brasileiro.

Os dois principais partidos políticos de esquerda críticos a atuação da CUT e do PT, o PSOL e PSTU, sustentam que o governo Lula em seu primeiro mandato não atingiu as expectativas de reformas sociais, particularmente a reforma agrária, devido a uma traição programática. Segundo a resolução do PSOL:

“A vitória de Luis Inácio Lula da Silva foi uma rejeição do modelo neoliberal lançado no governo Collor, mas consolidado organicamente nos dois mandatos de FHC. Seus 52 milhões de votos eram a base consistente para uma nova trajetória governamental. Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários, e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro. Na esteira dessa guinada ideológica do governo, o Partido dos Trabalhadores foi transformado em correia de transmissão das decisões da Esplanada dos ministérios.” (PSOL, 2006)

Na mesma direção se posiciona o PSTU, que a partir da reforma da previdência de 2003, organizou uma ruptura com a CUT e fundou a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), para agregar sindicatos e movimentos contrários a política de apoio da CUT ao PT, dando origem a Central Sindical Popular – CONLUTAS (CSP-CONLUTAS), mas que

mantém uma visão industrialista da sua ação política. Em seu programa afirma: “Neste contexto, a classe operária industrial, pelo lugar ocupado na produção de mercadorias, é o setor mais importante na luta pela transformação da sociedade em que vivemos.”¹

Por sua vez na Carta ao Povo Brasileiro (2002) o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva afirmava:

“Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena. (...) O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (...)O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. (...) O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.”

A política estratégica (Gourevitch,1993) expressa na Carta ao Povo Brasileiro foi articular diversos de setores políticos em torno de um projeto para enfrentar uma conjuntura internacional que gerou uma crise na economia nacional em 2002. Neste sentido a CUT, com grande influência dos metalúrgicos do ABC, subgrupo da classe operária, foi uma das principais organizações dos trabalhadores a se incorporar dentro de uma articulação com setores do empresariado nacional para desenvolver o projeto político defendido na Carta ao Povo Brasileiro pelo então candidato do PT.

Uma Visão Industrialista de Desenvolvimento

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) emerge a partir da confluência de pequenos grupos marxistas, dissociado dos partidos comunistas, PCB e PCdoB, de setores ligados as

¹ Retirado do site <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/programa/#>

Pastorais, como da Terra, e Comunidades Eclesiais de Base, setores oposicionistas ao sindicalismo de estado, sendo a principal delas a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que se organizou clandestinamente nas fábricas estimulando a formação de comissão de fábricas (Rodrigues, 1997), e direções sindicais chamadas de “combativas”, a principal delas a do Sindicato Metalúrgicos do ABC, que representava um subgrupo da classe operária brasileira. Com a posterior a formação da CUT e também do Partido dos Trabalhadores (PT) teremos no interior da central a disputa da hegemonia política pelas correntes e partidos políticos que segundo GIANNOTTI; NETO (1991) e Boito (1990) será definida no quarto congresso da CUT. Desta maneira a luta contra a estrutura sindical e as lutas gerais são paulatinamente abandonadas em favor de um sindicalismo chamado de resultados, primeiramente adotados por outras centrais, como a Força Sindical.

Esse não é um caso isolado. Bihl (2010) aponta que atualmente o movimento operário está encurralado pelas transformações do capitalismo, na qual ele participou intensamente. Segundo o autor, o modelo social democrata/comunista de movimento operário que se consolidou em grande parte dos países centrais teve como componente estrutural o estado como via obrigatória de emancipação do proletariado. Por sua vez, a via reformista deste modelo defendeu a: nacionalização dos monopólios industriais chaves, controle dos grupos financeiros, municipalização do solo, organização da assistência social pelo Estado; legislação trabalhista visando regulamentar as condições de exploração capitalista e contratualizar as relações entre capital e trabalho; redução das desigualdades sociais por meio da democratização fiscal e do ensino.

Neste sentido o sindicato deve atuar de acordo com os interesses do Partido político comunista/social democrata na conquista do poder legal pela via legal e seu exercício é efetuado em quadro institucional burguês (parlamentar), através do legalismo, juridicidade e parlamentarismo para o partido. No setor agrícola, uma questão fundamental foi a política de modernização do campesinato para o desenvolvimento capitalista durante o fordismo, capaz de garantir segurança de abastecimento alimentar, garantia de estabilidade de poder político e diminuição relativa dos custos de mão-de-obra. (VEIGA, 2007; ABRAMOVAY, 2007)

Neste sentido, a

“política agrícola contemporânea compõe-se de um compromisso entre a manutenção de um piso mínimo para a renda agrícola e, ao mesmo tempo, de controle sobre os preços alimentares”(Abramovay, 2007)

Esta política é em grande parte desdobramento dos debates sobre a questão agrária/agrícola no movimento socialista socialdemocrata (marxista), dentro de uma conjuntura específica, como os momentos de crise no início do século XX, que foram debatidos desde o final do século XIX. A abolição da servidão na Rússia, em 1861, cria o contexto para discussão sobre a comuna rural russa, o mir, e com isso o debate sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo e do próprio socialismo. Até a década 1890 o posicionamento social-democracia ficaria restringido as teses de Marx e Engels. Os autores defendiam a tese da centralidade do desenvolvimento econômico centrado na indústria que geraria a classe revolucionária (o proletariado industrial), superando todas as formas sociais anteriores. Afirmavam a tendência monopolista da concentração de capital e o subsequente processo de proletarização.

Sobre a ação política do campesinato, em “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, Marx depois de analisar a situação e condição do camponês afirma que estes “encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.” Essa perspectiva sobre o campesinato significa a ideia de um “insulamento” da economia camponesa, ao mesmo tempo que sinalizava que o desenvolvimento, associado a industrialização, capitalista acabaria com o campesinato.

Esta formulação seria mantida pelo autor em maior ou menor grau na medida em que o debate político no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), e depois fora dela, se acirrava com os anarquistas através de Mikhail Bakunin. É deste setor do movimento socialista internacional que surgirá as principais críticas a teoria e prática da social-democracia /comunismo. Segundo Fernandes (2000): “Fora do âmbito próprio do marxismo – mas nos marcos do movimento operário do século passado – cabe destacar, em primeiro lugar as críticas anarquistas (sobretudo as de Mikhail Bakunin) ao socialismo autoritário de Marx (Fernandes,2000, 1997).

Segundo Ferreira (2011):

“A análise de Marx parte de sua concepção de história como um processo cumulativo, em que o desenvolvimento técnico corresponde à divisão do trabalho e à socialização. Assim, a produção camponesa é assemelhada em certa medida a imagem da “comunidade primitiva” (propriedade tribal) como composta de unidades isoladas e insuladas.”

Marx parte da centralidade no desenvolvimento econômico com o industrialismo como componente fundamental deste processo, que geraria a classe revolucionária (o proletariado

industrial). Neste sentido, no debate de Marx com Vera Zazulitch a respeito do mir russo e do desenvolvimento do capitalismo na Rússia é bastante claro. Marx enfatiza que o mir está em crise econômica e que pode ser a base para o desenvolvimento econômico no país desde que tenha uma relação com o capitalismo para o desenvolvimento de uma nova base sociotécnica. Na sua perspectiva as comunas rurais russas estavam em crise, e portanto a única salvação seria o avanço do capitalismo para acabar o isolamento dessas comunas rurais.

A centralidade do industrialismo e do desenvolvimento econômico é reafirmado por Engels no texto “Do Socialismo Utópico ao Científico”, também conhecido como “Anti-Dhuring”. O industrialismo é apresentado como meio fundamental de concentração dos meios de produção em substituição a sociedade de produtores isolados.

Nesta mesma direção, o texto de Marx “A Dominação Britânica da Índia”, de 1853, afirma:

“A intervenção inglesa, estabelecida a partir a fiação em Lancashire e da tecelagem em Bengala, ou mesmo fazendo desaparecer tanto o fiação como a tecelagem indianas, destruiu essas pequenas comunidades semi-bárbaras, semi-civilizadas, destruindo seus fundamentos econômicos e produzindo assim a maior e, na verdade, a única revolução social que jamais teve lugar na Ásia.”
(...) É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hidustão, era guiada pelos interesses mais abjectos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução (...) A Inglaterra tem uma dupla missão a alcançar na Índia: uma destrutiva, outra regeneradora - aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia. Árabes, turcos, tártaros, mongóis, que invadiram sucessivamente a Índia, foram prontamente "hiduizados", com os conquistadores bárbaros sendo, por uma lei eterna da História, conquistados eles próprios pela civilização superior de seus assujeitados. Os britânicos são os primeiros conquistadores superiores e conseqüentemente inacessíveis à civilização hindu. Eles a destruíram destruindo as comunidades indígenas, estripando-lhes a indústria indígena e nivelando tudo o que era grande e superior na sociedade indígena. A história de sua dominação na Índia não retrata outra coisa que seja diferente dessa destruição. A obra de regeneração surge com sofrimento em meio a um monte de ruínas. Ela, pelo menos, começou.

O debate clássico entre Marx e Bakunin tem como uma dos principais pontos de crítica a questão do determinismo econômico e do industrialismo na teoria marxista. Para Bakunin, no mesmo debate sobre o mir, a questão não é a possibilidade de desenvolvimento

do mir, mas de como o campesinato pode se constituir como agente político? Não é a questão do mir em si, mas sim qual deve ser o papel do campesinato enquanto agente revolucionário nesta comuna, uma vez que não é entendido como uma classe de transição entre o proletariado e a burguesia. Neste sentido, a análise de Bakunin afirma a necessidade de ação do campesinato para destruição da comuna rural russa devido ao seu caráter patriarcal, conservador e de aliança com o estado Czarista. Ou seja, dentro da comuna russa estariam presentes tanto os elementos que impendem a libertação do campesinato: 1) o Estado Patriarcal; 2) a absorção do indivíduo pelo mir e 3) a confiança no czar, como também elementos de sua libertação como 1) a ideia de que terra lhes pertence de modo integral devido ao seu trabalho; 2) o direito do solo pertence a comunidade rural e 3) a autonomia da gestão comunitária do mir em relação ao Estado. Esta contradição deve ser resolvida pela ação sociopolítica do campesinato com vista a destruição do Estado e da estrutura fundiária.

A ideia de que a economia determinava e qualificava os sujeitos sociais é questionada no debate com Marx por ocasião da cisão da AIT em 1872. Em carta o jornal *La Liberte*, Bakunin expõe com clareza sua diferença para com o determinismo econômico da social-democracia/comunismo alemão, ele diz:

“É um princípio profundamente verdadeiro logo que o consideramos sob o seu verdadeiro aspecto, isto é, sob um ponto de vista relativo, mas que, visto e posto de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a primeira fonte de todos os outros princípios, como o faz esta escola, torna-se completamente falso. O estado político de cada país ... é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação econômica: para mudar o primeiro só é necessário transformar esta última. Todos os segredos das evoluções históricas, segundo o Sr.Marx está lá. Ele não toma em consideração os outros elementos da história, tais como a reação contudo evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: ‘A miséria produz a escravatura política, o Estado’; mas não se atreve a revirar esta frase e a dizer: ‘A escravatura política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição de sua existência; de modo que para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado’”. (Bakunin, 1989).

A visão economia e industrialista da teoria social-democrata e comunista levaria a uma política eurocêntrica e anti-camponesa. Essa visão industrialista combinada a defesa do Estado, engendra uma política contra as minorias e outras formas de existências que não a capitalista.

No manuscrito intitulado “A Alemanha e o Comunismo de Estado” o autor afirma.

“Sabem como este ódio e este desprezo sistemático pelos eslavos são propagados atualmente pelos chefes do partido da democracia socialista no próprio seio do

proletariado da Alemanha? Para sabê-lo, basta abrir o "Volksstaat", órgão oficial deste partido, redigido por Liebknecht sob a inspiração diretora de Marx. Em 1869 e 1870, ele publicou uma série de artigos, nos quais se encontrou desenvolvido o seguinte pensamento: os escravos são uma raça essencialmente agrícola, por consequência retrógrada e reacionária. Devemos excluí-los da Internacional, porque eles permanecem completamente estranhos à civilização moderna, fundada na produção por meio dos capitais. Nunca tendo sabido desenvolver uma burguesia em seu seio, ficaram de fora deste movimento econômico da concentração dos capitais produtores entre as mãos burguesas; conseqüentemente, sua indústria, se é que existe, não é a grande indústria comandada pelos grandes capitais burgueses, a qual produz para o mercado mundial. É uma indústria bárbara, primitiva; para sair da gleba, primeiro precisam passar pelo monopólio burguês, que é a única coisa capaz de criar o dinheiro para a revolução moderna, o proletariado dos grandes estabelecimentos industriais e das cidades. (Bakunin, 1872).

Assim, o desenvolvimento da base sócio-técnica capitalista tem a centralidade presente na teoria social-democrata/comunista e na possibilidade de engendrar a concentração de capital e verdadeiras revoluções. Esse determinismo econômico levava a conseqüências políticas: o industrialismo e a defesa de uma superioridade inerente ao operariado industrial, questões fundamentalmente criticadas por Bakunin.

Por outro lado, impactado pelas transformações econômicas, políticas e sociais por que passaram o capitalismo, inclusive com a superação da grande depressão de 1873-1895, que afetou em grande parte o campesinato, os líderes socialistas da Europa começaram a questionar a debater uma série de pressupostos, tendo em vista o avanço parlamentar da social-democracia. Este debate foi realizado no interior da I AIT onde as seções vinculadas a Marx defenderam a constituição de grandes unidades produtivas e a nacionalização terra². Na década de 1890, no âmbito da II Internacional, fundada em Paris, em 1889, é que continuam os debates sobre: a ideia do colapso revolucionário, o fim dos campesinato e a determinação do processo de concentração do capital.

Neste ambiente é que se desenvolve de forma prática e teórica o revisionismo do marxismo ortodoxo. (Berman, 2006) Na Alemanha esse revisionismo aparece de forma teórica através de Bernstein, um dos principais líderes do Partido Social Democrata alemão. Ele criticaria a ideia de colapso revolucionário (ESPING-ANDERSEN, 1985), chamando atenção para a nova dinâmica social capitalista e as novas configurações de classes, onde defendia uma política para os pequenos agricultores.

² Este debate também está presente no texto "Crítica ao Programa de Gotha" de Karl Marx, como resposta ao Livro Estatismo e Anarquia, de Mikhail Bakunin. Também temos uma crítica de Engels no texto "Os Bakuninistas em Ação".

Na França esse revisionismo aparece de forma prática. A complexidade das divergências e alianças entre diversos setores do movimento operário e das questões nacionais impactou o movimento socialista francês. Sobre a questão agrária o Partido Operário Francês (POF),³ que seguia orientação marxista, foi duramente criticada pela II Internacional e Engels se referiu a política para os camponeses adotados nos congressos de Marselha e Nantes como inconsistente, fútil e oportunista.⁴

Ainda assim, a questão agrária foi um dos principais pontos debatidos tanto pelos “guedistas”, marxistas, como pelos socialistas independentes, representados por Jaurés. Estes defendiam mais abertamente uma política para os pequenos produtores e camponeses, desviando da questão clássica marxista a respeito do campesinato. Enquanto na França a situação aparecia de forma “prática”, na Alemanha houve um forte debate teórico a respeito da questão. Este debate é realizado ainda no congresso de Frankfurt (1894) que mereceu resposta de Engels e em 1899 é abordado por Kautsky na Obra “A Questão Agrária”. No mesmo ano Lênin elaborou “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”. Sobre “A Questão Agrária”, diz Lênin:

“Este livro, (que recebemos quando a maior parte de nossa obra já estava composta) constitui, depois do Livro Terceiro de O Capital, o acontecimento mais notável na literatura econômica moderan. Kautsky analisa as “tendências fundamentais” da evolução capitalista da agricultura e examina diversos fenômenos da agricultura contemporânea como “manifestações particulares de um único processo geral”(Lenin, 1982)

Para Kautsky a questão agrária estava ligada a escala econômica e a industrialização da agricultura, ou seja, a tendência a concentração de capital e função integradora do industrialismo contra o atomismo das comunidades agrícolas. Haveria uma divisão social do trabalho como na indústria. Isso levaria ao desaparecimento do campesinato, assim como aconteceu com os artesãos. Na perspectiva marxista, a proletarização é a necessária condição para o sucesso do socialismo. (ESPING-ANDERSEN, 1985) Por outro lado, Bernstein faz considerações sobre a possibilidade de sobrevivência do campesinato na Alemanha, e sua possibilidade de aliança com o operariado.

³ O meio operário-sindical francês além da perspectiva marxista, era marcado pela influência proudhonista e anarquista (bakuninismo) que vai influenciar na formação da vertente sindicalista revolucionária, representada pela fundação da CGT francesa e consolidada no Congresso de Amiens, em 1904.

⁴ No texto “The Peasant Question in France and Germany”. In:
www.marxists.org/archive/marx/works/1894/peasant-question/index.htm

Neste sentido Kautsky mantém as principais formulações ortodoxas a respeito da questão agrária: a proletarização do campesinato e sua vinculação ao mercado capitalista. Na França os dois partidos socialistas, o Partido Socialista da França (PSdF) e o Partido Socialista Francês (PSF), desenvolvem esta questão contra a ortodoxia marxista. Entretanto, a grande marca da política agrícola da Social Democracia se concretizaria na Suécia, em 1932, com o chamado “Cow-Trade”.

Podemos identificar neste acordo, duas grandes discussões no interior da Social Democracia, que se inicia ainda no final do século XIX: a questão das alianças de classe e agrária. E novamente em um momento de crise, assim como o POF o fez em 1892-1894, o SAP também o faz 1932.

Mesmo a aliança operária-camponesa de Lenin mantém uma perspectiva industrialista, com o proletário industrial no centro da ação político, o único capaz de conduzir uma política verdadeiramente democrática-revolucionária e universal, através do Partido, que garantiria a explosão revolucionária nas massas. Segundo Linhart (1983)

“Cabe ao proletariado organizar os camponeses pobres que são seus aliados naturais no campo. As formulações de Lenin mostram, entretanto, que ele atribuiu ao movimento dos camponeses pobres um papel subordinado: o proletariado apóia-se os camponeses pobres em sua ação nos vilarejos; mas os camponeses pobres não constituem, em si mesmos, uma força dirigente da luta das classes no campo. Isto é muito importante: a partir deste momento, a política agrária soviética não tem mais como fundamento o movimento revolucionário das massas rurais. Tente suscitar este movimento para apoiar suas próprias ofensivas, o que é muito diferente”

Dentro de um contexto de formação do novo governo, de guerra civil e crise de abastecimento de alimentos a política bolchevique se volta contra o camponês médio, um dos principais agentes das revolução de 1917, com a teoria do camponês trabalhador e explorador. Coloca no centro da questão a subordinação política do campesinato a política de industrialização conduzida pelo proletariado industrial. Sobre a política industrial bolchevique Castoriadis (1985) afirma:

“a filosofia deles é uma filosofia do desenvolvimento das forças produtivas; e, também quanto a isso, são os fiéis herdeiros de Marx – ou pelo menos, de um aspecto de Marx que é o aspecto dominante nas obras da maturidade. O desenvolvimento das forças produtivas é, se não um fim último, certamente o meio absoluto, no sentido de que tudo o mais deve resultar desse desenvolvimento como consequência e de que tudo deve estar subordinado a esse

desenvolvimento”

No campo da social democracia, o acordo entre o Partido Social Democrata Sueco e o Partido Agrário se estabelece no período da crise de 1929. A política adotada foi de protecionismo para certos produtos agrícolas e em contra-partida os fazendeiros ajudariam o SAP a governar.

Assim,

“ El Partido Agrario, tradicional aliado de los partidos del centro y conservadores, estableció un acuerdo con un enemigo tradicional: los socialdemócratas. Las condiciones económicas de este “comercio de vacas”, como se llamó por entonces, fueron la aceptación por los socialdemócratas de más costos de los alimentos por obra de varios planes de apoyo a los precios, a cambio del apoyo de los agrarios al seguro contra el desempleo, los derechos de las organizaciones laborales y una política declarada (aunque una realidad más compleja) de utilizar el estímulo fiscal para promover el pleno empleo. Las asociaciones políticas del acuerdo incluyeron un gabinete de coalición dominado por los socialdemócratas. Las medidas y la política de Suecia fueron las más duraderas de todas las que se forjaran en este periodo; duraron 44 años, hasta que los socialdemócratas perdieran las elecciones en 1976 por estrecho margen” (GOUREVITCH, 1993)

Esta foi uma das mais importantes inovações dos anos 1930: a cooperação entre agricultores e associações de classe dos trabalhadores. Na Suécia esta política estratégica perdurou até os anos 1970 e foi vital para o progresso das políticas econômicas.(GOUREVITCH, 1989; ESPING-ANDERSEN, 1989) Foi fundamental para o sucesso dessa aliança política o fato do setor agrícola sueco ser direcionado basicamente para o setor interno, ao contrário da Dinamarca e Finlândia, isso facilitou a convergência entre a social-democracia e as ideias keynesianas na Suécia. Enquanto na França, “farmer labor collaboration was vital to the Popular Front. Political Cleavage lines in that country were sharply fragmented by many issues besides those of political economy” (PEKKARINEN, 1989)

Nos anos 1930, os movimentos socialistas, impactados pela crise de 1929, que levou a um descontentamento dos camponeses e agricultores com a política deflacionária dos governos de direita, tentaram políticas parecidas com a sueca. Na França, por exemplo, Socialistas (SFIO), comunistas (SFIC/PCF) e radicais (Partido Radical) formaram a Frente Popular(FP), que em 1936 elegeu Léon Blum. A FP procurou fazer o mesmo tipo de política que a SAP: seguro social, direitos sindicais, aumentos salariais, estímulo a demanda e apoio

aos preços agrários. Entretanto, na França, ao contrário da Suécia, a FP não contou com aliança da burguesia empresarial e de uma maior unidade e centralização do movimento sindical. (GOUREVITCH, 1993)

No entre-guerras a social-democracia encontrou o Keynesianismo. Ou seja, a social-democracia passou a manejar a demanda, adotando assim as políticas Keynesianas (SWENSON, 1989 ; PRZEWORSKI, 1989). No caso do setor agrícola, a agricultura familiar foi um componente fundamental do desenvolvimento capitalista, capaz de garantir segurança de abastecimento alimentar, garantia de estabilidade de poder político e diminuição relativa dos custos de mão-de-obra. (VEIGA, 2007; ABRAMOVAY, 2007)

A ação do Estado na agricultura familiar tem sido, como na União Europeia e nos Estados Unidos, de produzir alimentos baratos, diminuindo os gastos da reprodução da força de trabalho.

Segundo Delgado (2001)

a “intervenção do Estado na Agricultura tem uma longa tradição – tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – e seu objetivo fundamental tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados”

Assim, esse tipo de intervenção na agricultura foi central para a política de estabilização de conflito capital-trabalho da social democracia pois permitia que procurava manter: pouca desigualdade salarial com contenção salarial, pleno emprego e controle do lucro.(IVERSEN, 1999)

É interessante notar, em comparação com os países centrais, que um dos principais pontos da coalização para governança do PT é a política estratégica (Gourevitch, 1993) estabelecida entre um subgrupo da classe operária, representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, principal sindicato da CUT, e o chamado setor do Agronegócio⁵ e do

⁵ “Nos anos de 1980 e início da década seguinte, autores com diferentes formações profissionais e com referenciais teóricos e ideológicos os mais variados começam a substituir a expressão “agricultura (ou agropecuária) moderna” por “agroindústria” e a figura dos CAI (Complexos Agroindustriais) passa a ser moeda corrente (Graziano da Silva, 1991; Kageyama *et al.*, 1990; Muller, 1981 e 1982, entre outros). A preocupação era assinalar a integração agricultura-indústria pelas “duas pontas”: insumos e produtos, expressão que teria assumido a “industrialização da agricultura” (Graziano da Silva, 1995) formulada por Kautsky ([1899] 1986) no final do século XIX.” IN: HEREDIA, Betriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25 n° 74 outubro/2010

capital financeiro, que influi na manutenção da estabilidade monetária e do controle inflacionário.

Neste sentido, a manutenção da economia política do governo anterior, foi combinada como uma política pública de atenção ao subproletariado (SINGER,2009) que passou a ser um alvo prioritário das políticas petistas. Por outro lado, a CUT mantém uma política industrialista de benefício a um restrito grupo operário, subordinando a política de reforma agrária amplamente defendida por setores da própria central, mas historicamente vinculados a Pastoral da Terra, "constituídas na perspectiva de uma mística edênica e alimentadas pleos complemento de uma ideologia milenarista da luta de classe, que libertatia o povo para o retorno ao paraíso, agora um paraíso político" (Martins, 2011)

No início do governo Lula havia uma disputa entre duas concepções diferentes de reforma agrária: i) uma da Secretaria Agrária do partido, que entende a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero. Trata-se pois, da concepção de reforma agrária como política social, idêntica àquela praticada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). ii) e uma outra concepção de reforma agrária é aquela dos movimentos socioterritoriais, que a vêem como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar no país.⁶

Mas de maneira geral a Reforma Agrária de Mercado iniciada na metade do primeiro governo FHC devido a conflitos fundiários foi continuada pelo governo Lula através do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003-2007). A meta para novos assentamentos era implantar 550 mil, o governo assentou 163 mil famílias referentes a esta meta. Entretanto não houve avanços significativo. Outra meta não cumprida foi em relação à regularização fundiária de 500 mil posses. Foram regularizadas a situação de 113 mil famílias. (CARVALHO, 2010). O moderado PNRA não conseguiu atingir as metas definidas pelo próprio ministério. No início do ano de 2008 a política oficial de reforma agrária garantida pelo II PNRA foi substituída pela regularização fundiária para os três últimos anos do segundo mandato.

Os programas de acesso à terra por meio de compra e venda da terra foram concebidos como mecanismos para diminuir os conflitos e combater a pobreza rural, pois as ações agrárias não eram vistas como parte do programa econômico, muito menos como uma

⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo U. . Tragédia e Farsa, a compra de terras por estrangeiros. Le Monde Diplomatique, São Paulo, p. 16 - 17, 01 set. 2011

questão política. (Sauer, 2010) O governo Lula criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário que manteve a mesma linha de reforma agrária de mercado do governo anterior. Além disso, segundo Sauer (2010) esse programa levou ao de endividamento crescente das famílias envolvidas.

Por outro lado, desde o início do mandato, em 2003, a política agrícola do governo Lula valorizou amplamente o agronegócio. É importante destacar que a combinação de mudança no âmbito regulatório, com a Lei Kandir, com o domínio da biotecnologia por grandes empresas transnacionais e políticas públicas de financiamento que apoiaram o crescimento de grandes grupos estrangeiros favoreceram a concentração, reprimarização da pauta exportadora brasileira e industrialização e financeirização da agricultura.

Neste sentido, o sucesso da economia política do governo Lula está profundamente ligada a este setor. O aumento dos preços das commodities no cenário internacional favoreceram o setor, majoritariamente exportador, e ajudaram o governo a equilibrar a conta corrente e o superávit primário. Outros fatores foram

“(i) alta no ciclo de liquidez internacional, o que reduz as taxas internacionais de juros, proporcionando um crescimento da economia mundial e uma redução no risco-país, que embasa o fluxo de capitais externos; (ii) forte crescimento da economia chinesa, que importa os produtos justamente que preponderam na pauta de exportações da economia brasileira” (CARCANHOLO, 2010)

Assim, o governo do PT criou uma aliança de apoio a sua política com a CUT e o setor do agronegócio. Esta aliança mantém a alta concentração fundiária, uma forte agricultura de exportação e uma importante participação na produção de alimentos por parte da agricultura familiar sem alterar sua posição subordinada e aumentar sua área de produção. Por sua vez o governo petista colocou em pauta e ação políticas de crescimento e desenvolvimento econômico do capitalismo com base em exploração energética e criação de corredores para sua exportação, fortalecendo a aliança entre capital e propriedade da terra.

Os Congressos Cutistas no Governo Lula e a Reforma Agrária

Neste sentido, a CUT é um importante ator político para sustentação e apoio das políticas de desenvolvimento e crescimento capitalista nos dois últimos governos federais. Numa análise inicial dos congressos percebemos que a CUT prioriza a política industrial para seu principal subgrupo operário em detrimento de uma política de reforma agrária, que a

princípio pode ser expresso na valorização da política de produção de carros flex e subsídios para sua comercialização. Nos últimos anos tem havido uma política de aliança com as classes dominantes em favor de um crescimento econômico, chegando a organização de eventos e mobilizações conjuntas, como a bandeira da redução da taxa de juros para promover o desenvolvimento e crescimento da economia nacional. Percebemos uma forte interação entre as Centrais e o Estado dentro de um quadro institucional que restringe a luta de classe ao parlamento, através do legalismo e da juridicidade.

Neste sentido a central defende como principais estratégias a formação de frentes parlamentares para Defesa da Habitação Rural, para política de crédito e extensão rural para agricultura familiar e revisão da legislação agrária como o critério do não-cumprimento das legislações ambiental e trabalhista para desapropriação de terras e revisão do ITR. Além disso, as resoluções dos congressos indicaram uma série de adequações internas da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do próprio Estado para gestão da “reforma agrária”.

O mesmo tipo de ação política foi proposta em relação a reforma agrária, onde se propôs

“uma frente parlamentar em defesa da reforma agrária a partir dos seguintes pontos: Projeto de lei para adequar legislação sobre desapropriação; atualização dos índices de produtividade; reduzir superávit primário; não adotar política de contingenciamento; instituir mecanismos de controle da expansão do agronegócio; instituir instrumentos legais para controlar expansão dos projetos de barragens; realização de mais concursos para aumentar o quadro de pessoal no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA.” (CUT, 2006)

Em dezembro de 2006, a CUT conjuntamente com a Coordenação dos Movimentos sociais (CMS) e o MST, participou de audiência com o presidente Luis Inácio Lula da Silva onde entregaram uma carta reivindicando: mudanças na política de juros com metas de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Não se mencionou uma única vez o termo Reforma Agrária.

No 10º Congresso da CUT, realizado em 2009, o último durante o governo Lula (2003-2010), no tópico sobre lutas gerais a central defendeu: lutar por um desenvolvimento sustentável, no âmbito da Jornada pelo desenvolvimento, incluindo o ecossocialismo no debate das políticas da Central; lutar pela manutenção do atual Código Florestal e defender o controle de qualidade dos alimentos impedindo uso de agrotóxicos pelo agronegócio e empresas transnacionais, com a aplicação da lei que determina a identificação de alimentos os

como transgênicos

Sobre a reforma agrária o documento defendeu

“ uma ampla reforma agrária, através de assentamentos e de programa de crédito fundiário, garantindo terra, assistência técnica, garantia de preço mínimo, medidas de apoio à agricultura familiar e camponesa, habitação e crédito aos trabalhadores com atualização do índice de produtividade e limite de propriedade de terras. Pela expropriação do latifúndio sem indenizações; contra a Medida Provisória 458.” (CUT, 2009)

Na resolução a central faz um Balanço Político Organizativo do período onde de maneira geral avalia que agiu na construção de uma “plataforma de promoção da justiça e da soberania nacional; pelo desenvolvimento com distribuição de renda; por mais democracia e organização do Estado brasileiro e mais direitos para o povo orientaram a construção do conjunto de propostas apresentadas, bem como em grande medida balizaram a intervenção de representantes da Central em fóruns e instâncias governamentais em defesa dos interesses da classe trabalhadora.” (CUT, 2009) Neste sentido organizaram a III Jornada Nacional da Agricultura Familiar, “que colocou na “ordem do dia” a pauta de reivindicações dos agricultores, por mudanças no PRONAF; políticas de comercialização; segurança e soberania alimentar e outros temas relevantes foi um dos marcos nas lutas dos trabalhadores rurais.” (CUT, 2009) Além dessas campanhas a resolução do congresso de 2009 destacou o Grito da Terra e a demarcação da reserva da Raposa Serra do Sol.

Em 2009 a central passa defender um “modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente equitativo e geopoliticamente equilibrado” (CUT, 2009) além de lutar por um Estado de novo tipo, onde a “CUT atuará para a criação do Orçamento Participativo Nacional para disputa dos rumos do governo Lula sem abrir mão de sua autonomia e liberdade sindical democracia participativa” (CUT, 2009)

Ainda sobre a reforma agrária o documento pontuou que está: “não pode se limitar à política pública. É preciso ação mobilizadora dos movimentos sociais; é preciso a ação da CUT; que deve orientar os sindicatos urbanos e rurais a apoiarem a luta dos sem terra, organizando acampamentos e assentamentos cutistas”. (CUT, 2009). Das resoluções sobre política agrária de 2000 até 2009 é a resolução mais clara e organizativa da central. Ainda que os camponeses correspondam a 17% dos delegados do congresso da CUT, constituindo a segunda maior categoria.

De maneira geral as resoluções tem se dirigido cada vez mais a demandas ao Estado, ora na forma de construção de ambientes corporativos, como a participação no Conselho

Monetário Nacional, ora na constituição de frente de pressão parlamentar, como na frente pelo Habitação Rural.

Na questão agrícola e agrária as ações da CUT e de seus sindicatos filiados tem se concentrado na demanda por crédito agrícola para a chamada agricultura familiar e políticas públicas específicas para determinados segmentos dos camponeses. Como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem servido para sustentação das políticas governamentais.

Numa primeira análise das resoluções do congresso da CUT podemos perceber uma interação entre a Central e o Estado por meio cada vez mais legais e seu exercício efetuado em um quadro institucional burguês (parlamentar), através do legalismo, juridicidade e parlamentarismo para o partido. A atuação da CUT tem se definido em grande medida pelas políticas estratégicas definidas ainda na Carta ao Povo Brasileiro em 2002. A política agrária e agrícola do governo federal continua sendo de priorização das exportações de produtos agrícolas.

Como hipóteses para o desdobramento da pesquisa, pode-se afirmar que a participação da CUT no governo Lula não avançou para além da reforma agrária e de política de assentamento que foram característicos do governo anterior. Na verdade reforçaram duas práticas políticas: 1) reforço de uma atuação de pressão parlamentar, para modificações na legislação referente a questão agrária e ambiental e 2) tentativas de construção de uma política corporativista, como por exemplo o compromisso da cana-de-açúcar. Essa situação ocorre em decorrência: da subordinação da política de reforma agrária a política macroeconômica, de estabilização, que depende das exportações do agronegócio para manutenção do superávit da balança comercial, e da visão industrialista de desenvolvimento das Centrais Sindicais e dos partidos de esquerda que acionam políticas estratégicas do modelo social-democrata\comunista, que tem como componente teórico-político fundamental o industrialismo. Neste sentido, relega a segundo plano uma verdadeira reforma agrária.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, EDUSP, 2007

Bakunin, Mikhail. “O Socialismo Libertário”, Global Editora, São Paulo, 1979

Bakunin por Bakunin: Cartas”, Disponível IN:
<http://arquivobakunin.blogspot.com.br/2011/01/bakunin-por-bakunin-cartas.html>

_____. **Consideraciones filosóficas**. 2ª Edición cibernética, 2003a. Disponível em: <http://www.antorcha.net/> Acesso em: dez. 2008.

_____. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. **Federalismo, socialismo y antiteologismo**. 2ª Edición cibernética, 2003b. Disponível em: <http://www.antorcha.net/> Acesso em: set. 2010.

_____. **Oeuvres Complètes**. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM)

BERMAN, Sheri. (2007), *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press. 86 Pós-Graduação

BERNSTEIN, Eduard. (1997). *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar

Bihl, Alan. "A Herança"; "O modelo social-democrata do movimento operário". In: **Da Grande Noite a Alternativa- movimento operário europeu em crise**. São Paulo Boitempo Editorial, 1998.

BOITO Jr, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

_____. *O sindicalismo de Estado no Brasil - uma análise crítica da estrutura sindical* (Editoras Hucitec e Unicamp)

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã)

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos. (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. **América Latina e os desafios da globalização**. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*. Curitiba, v. 34, p. 163-181, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo. (2010) *Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula*. In: *Os anos Lula: Contribuição para uma Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

CARVALHO, Livia Hernandez. (2010) A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. *Revista IDeAS*, v. 4, n. 2, p. 395-428..

CASTORIADIS, C. A Experiência do Movimento Operário. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

CAZELLA, Ademir et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COSTA, L. F. C. . **Sindicalismo rural brasileiro em construção.** 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária e Edur, 1996. v. 1. 172p .

COSTA, L. F. C. ; **MARINHO, R. J. A.** . A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: Luiz Flávio de Carvalho Costa; Georges Flexor; Raimundo Santos. (Org.). **Mundo rural brasileiro - ensaios interdisciplinares.** 1ed.Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, v. 1, p. 119-147.

COSTA, L. F. C. . Trabalhadores rurais no processo político brasileiro. In: Costa, Luiz Flávio de Carvalho. (Org.). **O Congresso Nacional Camponês - Trabalhadores rurais no processo político brasileiro.** 2ed.Rio de Janeiro: Mauad, 2010, v. 1, p. 21-29.

COSTA, L. F. C. ; **MARINHO, R. J. A.** . A constitucionalização do sindicalismo rural brasileiro. In: Moreira, José Roberto; Bruno, Regina. (Org.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras.** 1ed.Rio de Janeiro: Mauad, 2010, v. 1, p. 161-182.

DROZ, Jacques. “As Origens da Social Democracia Alemã” . In **Historia Geral do Socialismo Vol III.** (p. 623-683) . Horizonte Universitário, Lisboa 1977

_____ **A social-democracia alemã (1875-1914)** In **Historia Geral do Socialismo Vol IV.** Horizonte Universitário, Lisboa 1979

ENGELS, Friederich O Materialismo Histórico. In: **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico 1880.** Acessado in: <http://www.marxists.org/archive/marx/index.htm>

ESPING-ANDERSEN, Gösta. (1985), **Politics against Markets: The Social Democratic Road to Power.** Princeton: Princeton University Press.

_____. (1990), **The Three Worlds of Welfare Capitalism.** Princeton: Princeton University Press.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Agricultores, trabalhadores : estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT** Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/Unicamp, 2001

Fernandes, Rubem César Cardoso, Fernando Henrique . **Os dilemas do socialismo A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Cap. **Ordem e anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política. Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de**

poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/MN-PPGAS, 2007 (Tese de Doutorado).

_____. Trabalho e Ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. **Em Debate: Revista Digital**, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 4, p. 1-23, 2010. 23.

GIANNOTTI, Vito. Força Sindical - a Central Neoliberal de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro, MAUAD EDITORA, 2002

GIANNOTTI, Vito & **NETO**, Sebastião Lopes (1991). *A CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV Concut.* São Paulo: Vozes, 1991

_____. *A CUT por dentro e por fora.* São Paulo: Vozes, 1990
RODRIGUES, Iram J. *O Novo sindicalismo. Vinte anos depois.* Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999

GOUREVITCH, Peter. (1989) Keynesian Politics: The Political Sources of Economic Policy Choices. In: **HALL**, Peter.(Org) . The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1993) Políticas Estratégicas em tiempos difíciles. Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales. México, D.F: Fondo de Cultura Económica.

HIBBS, Douglas. (1977), "Political Parties and Macroeconomics Politics". The American Political Science Review, vol. 71, no 4, pp. 1467-1487.

KAUTSKY, Karl. (1971). The Class Struggle. New York: W. W. Norton.

_____. (1986) A Questão Agrária. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural.

KITSCHELT, Herbert. (1994), The Transformation of European Social Democracy. New York: Cambridge University Press.

IVERSEN, Torben. (1999) Decentralization, Monetarism, and the Social Democratic Welfare State. In: **IVERSEN**, Torben, **PONTUSSON**, Jonas e **SOSKICE**, David. (coord), Union, Employers and Central Banks: Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2005), Capitalism, Democracy and Welfare. Cambridge: Cambridge University Press.

LENIN, Vladimir. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural.1982

McLaughlin, Paul. “Introduction”; “Bakunin’s Dialectic and the critical of speculation”. In: “Mikhail Bakunin: The Philosophical basis of his anarchism”. Algora Publishing, New York, 2001

MALUF, Renato S. “Atribuindo Sentido(s) ao Desenvolvimento Econômico.” Estudos de Sociedade e Agricultura, 2000. 15, 53-86.

MARTINS, José de Souza. O Poder Político do Brasil Lúmpen e Místico. In: A Política do Brasil. Lúmpen e Místico. São Paulo, Contexto, 2011.

MARX, Karl. Crítica ao Programa Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Nova Cultural. 1988

A Dominação Britânica na Índia. Junho de 1853. **Acessado in:**

<http://www.marxists.org/archive/marx/index.htm>

Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia. Junho 1853.

Acessado in: <http://www.marxists.org/archive/marx/index.htm>

MEDEIROS, Leonilde Servolo de Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira. ComCiência, Campinas, v. 44, 2003.

_____. . Questão agrária e sindicalismo:novos e velhos temas. Debates regionais, João Pessoa, v. 3, n.1, p. 20-36, 1996.

_____. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural e Unrisd, 2002. v. 1. 128p .

PEKKARINEN, Jukka. (1989) Keynesianism and the Scandinavian Models of Economy Policy. In: HALL, Peter.(Org) . The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations. Princeton: Princeton University Press.

PRZEWORSKI, Adam. (1985), Capitalism and Social Democracy. New York: Cambridge University Press.

RODRIGUES, Iram Jacome. *Sindicalismo e política — a trajetória da CUT.* São Paulo, Scritta/FAPESP, 1997

SAMUELS, David (2004). As Bases do Petismo.*OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 221-241

SCHARPF, Fritz (1991), Crisis and Choice in European Social Democracy. Ithaca: Cornell University Press.

SECCO, Lincoln. A História do PT. São Paulo, Atêlie Editorial, 2011

SILVER, Beverly J. Forças do trabalho movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo:Boitempo Editorial, 2005.

SINGER, André. (2009), “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo”. Novos Estudos, no 85, pp. 83-102.

SWENSON, Peter. (1989), Fair Shares: Unions, Pays and Politics in Sweden and West Germany. New York: Cornell University Press.

SWENSON, Peter and PONTUSSON, Jonas. (1999) The Swedish Employer Offensive Against Centralized Wage Bargaining. IN: IVERSEN, Torben, PONTUSSON, Jonas e SOSKICE, David. (Coord.), Union, Employers and Central Banks: Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies. Cambridge: Cambridge University Press

VEIGA, José Eli. O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica. São Paulo:EDUSP, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel, Social Change: the colonial situation. John Wiley & Sons, New York, 1966